



ANO 15 Nº 7
Julho de 2006

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Novos mercados para produtos gaúchos

No período maio/05-abr./06, as exportações gaúchas foram de US\$ 10.467,5 milhões, representando um incremento de apenas 3,9% em relação aos 12 meses anteriores. Todavia essa taxa é negativa em 16,7%, quando comparados os valores em moeda nacional. Isto porque, convertendo-se os valores mensais das exportações em dólar pela taxa de compra do câmbio médio mensal, se obtém um total exportado de R\$ 23.930,3 milhões de maio de 2005 a abril 2006, contra R\$ 28.738,7 milhões nos 12 meses anteriores.

O reduzido crescimento, em dólares, das exportações do RS, inferior ao do Brasil no período (19%), deve-se a vários fatores, dentre eles: problemas climáticos, com a quebra da safra de produtos agrícolas; desaceleração dos preços das principais *commodities* agrícolas transacionadas pelo RS; e valorização do real. Este último, apesar de afetar todos os produtos, tem efeito mais intenso em mercadorias intensivas em mão-de-obra e que pouco usam insumos importados, que, de modo geral, caracterizam a pauta gaúcha, como o complexo soja, couros e calçados, madeira e móveis, dentre outras. Essa situação tem exigido dos empresários um esforço significativo para aumentar tanto a sua competitividade, via redução de custos, quanto a exploração de novos nichos e/ou a penetração em novos mercados.

As exportações do RS para os países desenvolvidos cresceram apenas 1%, e as para os em desenvolvimento, 5%, a despeito de a economia mundial continuar em franco crescimento. Enquanto as vendas para o G-7 diminuíram 4%, para a África, elas cresceram 16%. Importantes mercados, como Estados Unidos e China, diminuíram suas aquisições, enquanto outros, menos representativos, como Polônia e Vietnã, mais que dobraram sua participação na pauta. Assim, esses dados corroboram o aprofundamento da diversificação de destinos das exportações do RS.

Analisando-se os países não tradicionais compradores do Estado, isto é, aqueles que, de maio/04 a abril/05 compraram menos de US\$ 5 milhões, selecionaram-se os que apresentaram as maiores taxas de crescimento das exportações gaúchas, conforme tabela.

Observa-se que grande parte desses mercados se localiza na África — Gâmbia, Serra Leoa, Guiné Equatorial, Togo, Benin, Congo, Maurício, Quênia e Etiópia — e, juntos, adquiriram US\$ 48,3 milhões de maio/05 a abr./06, com um crescimento de 228% sobre maio/04-abr./05, quase triplicando sua representatividade nas aquisições africanas, entre os dois períodos em análise. Para esses mercados, destacaram-se as vendas de carnes (suínas, de frango e perus), arroz, fumo em folhas, reboques, tratores, máquinas agrícolas, trigo e bombons e caramelos.

Outros importantes mercados, em termos de crescimento, foram a República da Moldávia, o Uzbequistão e a República Quirguiz, que absorveram US\$ 15,8 milhões. Para esses países, salientaram-se os embarques de carnes e miudezas, particularmente as suínas e as carnes preparadas, bem como artigos de cutelaria.

Exportações gaúchas para países selecionados
maio/04-abr./05 e maio/05-abr./06

PAÍSES	MAIO/04- -ABR/05 (US\$ FOB 1 000)	MAIO/05- -ABR/06 (US\$ FOB 1 000)	Δ%
Iraque	300	6 721	2 142
Gâmbia	1 141	6 682	486
Serra Leoa	492	2 425	393
Guiné Equatorial	450	1 968	338
Togo	1 001	4 360	335
Benin	1 751	7 463	326
Congo	2 147	6 518	204
Moldávia	2 963	8 888	200
Maurício	477	1 239	160
Quênia	4 109	10 479	155
Uzbequistão	2 017	4 961	146
Etiópia	3 171	7 158	126
Síria	1 002	2 176	117
Quirguiz	894	1 924	115

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

O Iraque foi o destino que denotou a maior taxa de crescimento (2.142%), com a aquisição, preponderantemente, de tratores e carnes de frango do Estado. Já para a República da Síria, foram embarcados silos metálicos para cereais, extratos tanantes e leite em pó. Contudo as vendas para o Oriente Médio decresceram 4% no período maio/05-abr./06, em relação aos 12 meses anteriores, devido, em especial, à queda dos valores adquiridos pela Arábia Saudita, pela República Islâmica do Irã e pelos Emirados Árabes Unidos.

O lento crescimento das exportações gaúchas só não foi menor devido ao incremento do preço médio de muitos produtos industrializados, refletindo os efeitos do repasse de parte do aumento de custos provocado pela desvalorização do dólar, e à prospecção de novos mercados. Porém essa situação está-se tornando cada vez mais difícil de sustentar, em razão da crescente concorrência global, agravada pela perda de competitividade de alguns produtos exportados em decorrência da valorização do real.

Sônia Unikowsky Teruchkin (FEE/CEES)

Expansão de matrículas no ensino superior: o predomínio privado

Em que pese a expansão das matrículas no ensino superior, seu número ainda está muito aquém da meta do Plano Nacional de Educação de 2001 de alcançar, no prazo de 10 anos, 30% da população na idade entre 18 e 24 anos. Por ora, atingiram-se apenas 10,4% dessa faixa etária e a confirmação do Brasil com um dos piores índices de acesso ao ensino superior na América Latina.

O número de matrículas no ensino superior, no Brasil, passou de 2,69 milhões em 2000 para 4,16 milhões em 2004, um crescimento de 54,5%. Movimento análogo ocorreu no RS, onde as matrículas passaram de 238.263 para 322.824 no período considerado, um acréscimo de 35,5%.

O desdobramento por dependência administrativa evidencia a predominância da rede privada, responsável, em 2000, por 1,81 milhão de matrículas, 67,1% do total do País, sendo que, em 2004, as matrículas atingiram 2,98 milhões, 71,7% do total, tendo ocorrido um recuo da participação da rede pública de 32,9% para 28,3% no total das matrículas. No RS, a rede privada foi responsável, em 2000, por 195.068 matrículas, 81,9% do total, e, em 2004, por 274.350 matrículas, 85% do total. O número de matrículas na rede pública, no RS, era de 43.195 em 2000 e de 48.474 em 2004, sofrendo um decréscimo em sua participação, no total de matrículas, de 18,1% para 15%.

Matrículas no ensino superior, por dependência administrativa, no Brasil e no RS — 2000 e 2004

DISCRIMINAÇÃO	2000		2004		VARIÇÃO	2004 2000
	Número	Composição (%)	Número	Composição (%)		
					Absoluta	%
Brasil	2 694 245	100,0	4 163 730	100,0	1 469 485	54,5
Rede pública	887 026	32,9	1 178 330	28,3	291 304	32,8
Rede privada.....	1 807 219	67,1	2 985 410	71,7	1 178 191	65,2
RS	238 263	100,0	322 824	100,0	84 561	35,5
Rede pública	43 195	18,1	48 474	15,0	5 279	12,2
Rede privada	195 068	81,9	274 350	85,0	79 282	40,6

FONTE: MEC/Inep/Deaes.

Carlos Roberto Winckler (FEE/CIE)

Ritmo de crescimento do emprego formal desacelera em maio

Os dados do **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados** (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) revelam um crescimento do emprego formal, no Brasil, de 0,7% em maio de 2006, frente ao mês anterior, e um decréscimo (-0,2%) no RS, no mesmo período, com um saldo líquido, entre admissões e desligamentos, de 198.837 no primeiro caso e de -3.867 no segundo, o que evidencia uma desaceleração no mercado de trabalho formal, em maio, no confronto com o saldo de abril (229.803 postos de trabalho no País e 9.591 no Estado). Para o Brasil, é um resultado também inferior ao do mesmo mês do ano passado (212.450 vagas), ao contrário do observado para o RS, em que se registra uma ligeira melhora (-5.831 vagas).

Setorialmente, a variação positiva do emprego celetista, no Brasil, foi generalizada em maio, enquanto, no RS, a indústria de transformação e o setor serviços tiveram crescimento praticamente nulo, e a administração pública, decréscimo de 0,8%. Na indústria gaúcha, chama atenção o movimento dos segmentos de maior peso na estrutura do emprego: calçados (-0,4%) e produtos alimentares (-0,6%).

Os dados mostram ainda que a ocupação com vínculos legais cresce, predominantemente, entre as faixas de salário mais baixas. Nos primeiros cinco meses deste ano, foram fechadas 71.833 vagas nas faixas acima de três salários mínimos, no Brasil, e 11.862 nas acima de dois salários mínimos, no Estado.

Evolução do emprego celetista, por faixas salariais, no Brasil e no Rio Grande do Sul — abr.-maio/06 e jan.-maio/06

SALÁRIOS MÍNIMOS MENSAIS	BRASIL		RIO GRANDE DO SUL	
	Saldo de Vagas		Saldo de Vagas	
	Abr.-maio/06	Jan.-maio/06	Abr.-maio/06	Jan.-maio/06
Até 1,0	78 677	232 308	2 697	11 446
De 1,01 a 1,5	115 895	454 419	-2 392	35 435
De 1,51 a 2,0	22 472	135 309	-1 737	700
De 2,01 a 3,0	-1 177	8 884	-752	-3 492
De 3,1 a 10,0	-15 802	-55 696	-1 530	-6 848
Mais de 10,00	-3 266	-16 137	-257	-1 522
Ignorado	2 038	9 256	104	766
TOTAL	198 837	768 343	-3 867	36 485

FONTE: Caged-MTE.

Maria Isabel H. da Jornada (FEE/CEES)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

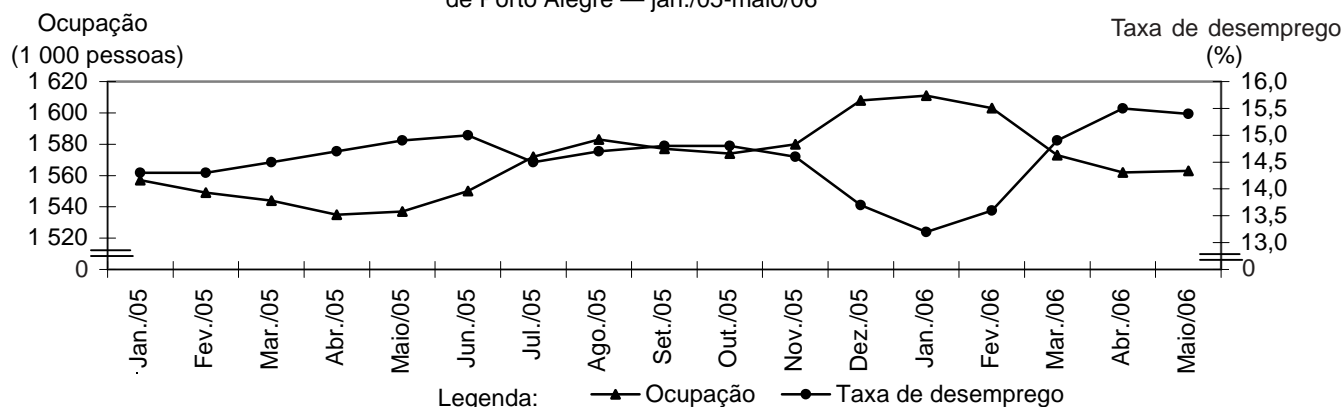
Carta
de
Conjuntura FEE

Interrompe-se o comportamento desfavorável da ocupação e do desemprego na RMPA

Após três meses de comportamento desfavorável, o nível de ocupação e a taxa de desemprego, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), apresentaram relativa estabilidade no mês de maio, tendo-se situado, respectivamente, em 1.563 mil ocupados e 15,4% da População Economicamente Ativa (PEA). Conforme se pode constatar no gráfico, o nível de ocupação na RMPA, que havia atingido 1.611 mil ocupados em janeiro de 2006, passou a declinar em fevereiro, tendo recuado para 1.562 mil ocupados em abril. Quanto à taxa de desemprego, após se ter reduzido para 13,2% em janeiro de 2006, esta passou a se elevar a partir de fevereiro, atingindo 15,5% em abril. Deve-se assinalar que esses comportamentos da ocupação e do desemprego eram, em certa medida, esperados, dado que a atividade econômica costuma apresentar al-

guma retração, ocasionada por fatores de caráter sazonal, nesse período do ano, o que incide negativamente sobre o desempenho do mercado de trabalho. No que diz respeito especificamente à taxa de desemprego, cabe destacar, não obstante, que, desde março do corrente ano, esta passou a se situar em um patamar superior ao de igual mês do ano anterior, indicando uma deterioração conjuntural da capacidade de absorção de mão-de-obra pelo mercado de trabalho metropolitano. Em termos de perspectivas, fica em aberto se a interrupção da redução do nível de ocupação e da elevação da taxa de desemprego, observada em maio do corrente ano pode ser tomada como evidenciando que o mercado de trabalho esteja, efetivamente, ingressando em um processo de recuperação de seus principais indicadores.

Contingente de ocupados e taxa de desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre — jan./05-maio/06



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Raul Luís Assumpção Bastos (FEE/CPED)

O papel da receita e da despesa no superávit primário

A política fiscal adotada pelo Governo Federal nos anos 2000 tem como objetivo atingir superávits primários elevados, que passaram de 4,5% do PIB em 2004 para 4,8% do PIB em 2005. Essa circunstância foi possível em vista dos significativos ajustes fiscais, que vêm permitindo superávits cada vez maiores, fazendo com que as metas fiscais venham sendo atingidas nos últimos sete anos. Esses resultados ocorreram, principalmente, em virtude dos ajustes pelo lado da receita, que redundaram num aumento da carga tributária de 36,8% para 37,8% do PIB naquele mesmo período.

Para o ano de 2006, a meta é alcançar um superávit equivalente a 4,25% do PIB. Nos primeiros quatro meses deste ano, o superávit primário alcançou 6,36% do PIB, diante de 7,45% do PIB no mesmo período de 2005. Nesse intervalo, as receitas do Governo Central cresceram 10,2%, enquanto as

despesas apresentaram um ritmo maior, subindo 14,0%. Contribuíram para o incremento dos gastos aqueles com a previdência, em razão do aumento real do salário mínimo, e os dispêndios com pessoal, devido aos reajustes já concedidos ao funcionalismo.

Agravando o quadro descrito, as despesas com juros também cresceram no período, alcançando 8,9% do PIB de janeiro a abril de 2006, contra 8,6% do PIB no mesmo período do ano anterior, pois a taxa básica de juros ainda continuava num patamar elevado, fazendo com que o setor público consolidado registrasse um déficit nominal de 2,6% do PIB.

Mesmo que dificilmente se atinja um resultado primário em 2006 melhor do que o do ano anterior, devido ao aumento dos gastos esperados para este ano, a meta deverá ser alcançada.

Necessidade de financiamento do setor público (NFSP) no Brasil — jan.-dez. 2004-05 e jan.-abr. 2005-06

DISCRIMINAÇÃO	(% do PIB)			
	JAN-DEZ/04	JAN-ABR/05	JAN-DEZ/05	JAN-ABR/06
NFSP nominal	2,67	1,21	3,28	2,62
Juros nominais	7,26	8,66	8,11	8,98
NFSP primário	-4,59	-7,45	-4,83	-6,36

FONTE: Bacen.

Isabel Rückert (FEE/CEES)

As taxas de juros norte-americanas e a economia brasileira

Recentemente, tem-se difundido a idéia de que a economia brasileira iniciou prolongado período de expansão. Os que crêem na idéia a explicam através da austeridade monetária imposta desde 1994 e da conquista, nos últimos anos, de uma suposta capacitação fiscal para controlar a dívida pública do País. Isso e a adoção do regime de câmbio flutuante teriam viabilizado a taxa real de câmbio, responsável pelos gigantescos superávits comerciais verificados desde 2003. Teriam, assim, tornado factíveis a estabilização da moeda nacional, o controle da inflação, a redução dos juros, a expansão dos investimentos privados e o crescimento econômico duradouro.

O presente dinamismo do comércio e do fluxo de capitais em escala mundial é visto como mero catalizador de processo de crescimento econômico no Brasil, cujos **fundamentos** são a austeridade monetária, a capacitação fiscal e o regime de câmbio citados.

A idéia descrita corre o risco de ser questionada pela realidade. Em 2002, a economia norte-americana iniciou sua recuperação embasada em baixas taxas de juros básicas, nos EUA. Com isso, estimularam-se o comércio e o fluxo internacional de capitais. Daí resultou um ambiente de fácil crescimento econômico em todo o mundo.

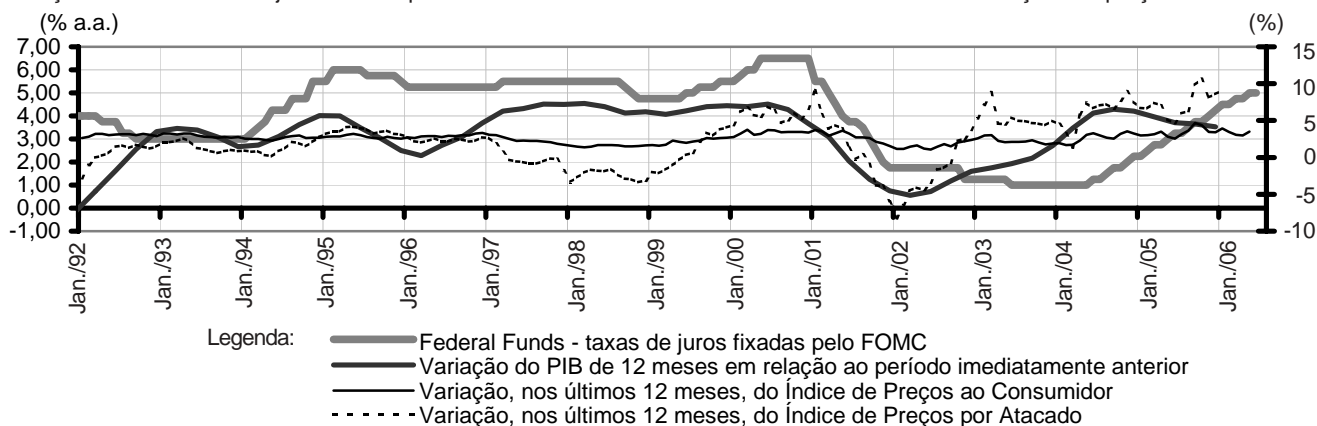
Contudo, à recuperação norte-americana, sucedeu-se uma rápida aceleração inflacionária, e as taxas anuais básicas de juros daquele país foram aumentadas de 1% para 5% nos 24 meses posteriores a maio de 2004. A elevação dos juros re-

dundou em nova desaceleração produtiva nos EUA, desde o final de 2004, e em perda do dinamismo do comércio internacional no início de 2005. Em maio de 2006, começaram a surgir os primeiros sinais da retração da liquidez internacional, com os indicadores de riscos dos países emergentes, inclusive o do Brasil, inflitando para direção ascensional.

Por período considerável, os juros norte-americanos permanecerão elevados, se não expansivos, o que sugere a possibilidade de agravamento da conjuntura econômica internacional. Nesse caso, o Brasil deparar-se-ia com crescentes dificuldades para expandir suas exportações, já em desaceleração desde a perda de dinamismo recente do comércio internacional. Também o fluxo de capitais para o País diminuiria, devido às mais intensas resistências em dirigir recursos a países em desenvolvimento, em épocas de menor liquidez internacional.

Em decorrência da dependência brasileira aos juros e ao produto internacionais, pode impor-se um movimento ascensional da taxa de câmbio no Brasil. Nessas condições de reduzido dinamismo do comércio internacional, é improvável que a recuperação das taxas de câmbio promova significativa expansão das exportações. Assim acontecendo, novas rodadas de desvalorização cambial serão verificadas, com efeitos deletérios sobre a elevação da inflação, os juros internos, a dívida pública, o investimento privado e o crescimento econômico no futuro próximo. É isso que coloca em xeque a idéia de que o País, conquistou, de fato, os fundamentos do crescimento econômico duradouro.

Evolução dos preços, do PIB e da política monetária do Comitê Federal do Mercado Aberto (FOMC) nos EUA — jan./92-jun./06
 Variação do PIB e taxas de juros fixadas pelo FOMC



FONTE: FED.

Pedro Almeida (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 30.06.06).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 800 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
 Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Antonio Carlos C. Fraquelli

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Marinês Zandavali Grandó e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.